



10 DE ABRIL DE 2018

Terça-feira

- **CURSO: FERRAMENTAS DA QUALIDADE**
- **FIEP SE POSICIONA CONTRA PROJETOS QUE CRIAM FERIADOS E COTAS**
- **TRANSPORTE E VESTUÁRIO ELEVAM O ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DO MÊS PASSADO, EM CURITIBA**
- **INFLAÇÃO PARA FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ 5 SALÁRIOS É DE 0,07% EM MARÇO**
- **DEMANDA INTERNA POR BENS INDUSTRIAIS TEM QUEDA DE 1,6% EM FEVEREIRO, DIZ IPEA**
- **PROMULGADA LEI DE REFINANCIAMENTO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**
- **CRIAÇÃO DE FUNDOS DE FOMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS VOLTA À PAUTA DE VOTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**
- **EMPRESAS BARRAM E-MAILS E LIGAÇÕES À NOITE E EM DIAS DE FOLGA**
- **MULHERES SE DESTACAM EM CARGOS EXECUTIVOS E CONTRATAÇÕES AUMENTAM 25% NA REGIÃO DE CAMPINAS: 'NENHUM MEDO'**
- **MEDO DO DESEMPREGO TEM LEVE QUEDA EM MARÇO, MAS CONTINUA ELEVADO**
- **SINDICATO DE EMPREGADOS DA LAN, FILIAL DA LATAM, ANUNCIA GREVE**
- **COMÉRCIO GLOBAL DEVE SEGUIR REGRAS ESTIPULADAS PELA OMC, DIZ LAGARDE**
- **INDICADOR ANTECEDENTE CAI EM MARÇO MAS AINDA INDICA CONTRATAÇÕES NO BRASIL NOS PRÓXIMOS MESES, DIZ FGV**
- **VOLATILIDADE DAS AÇÕES NÃO É UM GRANDE FATOR PARA O BCE ATÉ O MOMENTO, DIZ DRAGHI**
- **DÓLAR SALTA A R\$ 3,42 E ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE O FIM DE 2016**
- **FITCH PROJETA ALTA DE 2,6% NO PIB DA AMÉRICA LATINA EM 2018**
- **FIPE REDUZ PROJEÇÃO DO IPC DE ABRIL DE 0,21% PARA 0,16% COM ALIMENTAÇÃO E ENERGIA**

- MOODY'S MELHORA PERSPECTIVA DO BRASIL DE NEGATIVA PARA ESTÁVEL
- MOODY'S: RATING DO BRASIL PODE SER ELEVADO COM REFORMAS ESTRUTURAIS
- BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,461 BILHÃO NA 1ª SEMANA DE ABRIL
- SUPERINTENDÊNCIA DO CADE ORIENTA CONDENAR CARTEL EM MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA
- BNDES PREVÊ DESEMBOLSOS DE R\$ 13 BILHÕES PARA ENERGIA ELÉTRICA EM 2018
- ENTENDA O QUE FAZEM AS AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
- ACÇÕES DA MARFRIG DISPARAM APÓS EMPRESA VIRAR 2ª MAIOR PROCESSADORA DE CARNE DO MUNDO
- CHINA ABRE RECLAMAÇÃO CONTRA OS EUA NA OMC POR TARIFAS SOBRE AÇO
- VENDAS DE CIMENTO NO MERCADO INTERNO CAEM 3% NO 1º TRI, DIZ SNIC
- VENDAS DE IMPLEMENTOS CRESCEM 53% NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- UBER COMPRA JUMP, STARTUP DE BIKES COMPARTILHADAS
- CITROËN APRESENTA JUMPY MINIBUS
- MAN TOMOU ESPAÇO DA MERCEDES-BENZ NO 1º TRIMESTRE
- VOLVO XC40 GARANTE SUCESSO NA PRÉ-VENDA

CÂMBIO EM 10/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,408	3,408
Euro	4,209	4,210

Fonte: BACEN

Curso: Ferramentas da Qualidade

10/04/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



**Curso:
Ferramentas da
Qualidade**

Dias 26 e 27 de Abril de 2018

Das 08h30 às 17h30
Sede do SINDIMETAL/PR
Rua Angelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Conteúdo Programático:

Gestão da qualidade total e o processo de mudança; visão e missão; trabalho em equipe; histórico da qualidade; ciclo PDCA; Fluxograma; Braintorming; técnica GUT;	folha de verificação; diagrama de pareto; diagrama de Ishikawa; histograma; 5W2H; sete passos do planejamento; Método de Análise e Solução de Problemas (MASP).
---	---

Investimento:

✓ Associados do SINDIMETAL/PR: R\$ 200,00	Inscrições até o dia: 23/04/2018
✓ Empresas Filiadas e Outros: R\$ 260,00	

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Fiep se posiciona contra projetos que criam feriados e cotas

10/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Federação elencou 27 projetos que, se aprovados, impactam diretamente o setor

Como faz todos os anos, desde 2005, a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) investigou os projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa em busca de proposições que interfiram no setor. Dos 926 analisados, encontrou 131 com alguma relação com a atividade industrial e 27 que, se aprovados, impactam diretamente a área.

Esse compilado de informações ganha o nome de Agenda Legislativa e foi apresentado na sede da Fiep, em Curitiba, na manhã desta terça-feira (10), com a presença de autoridades. Em tese, é uma forma de demonstrar o posicionamento da entidade, mas também não deixa de ser um meio de pressionar a Assembleia, evidenciando quais propostas interessam ao setor e quais são vistas como ameaças.

Feriados

Letícia Rezende, coordenadora do Núcleo de Assuntos Legislativos da Fiep, lembra que 2018 é ano de fim de mandato e que os projetos costumam ser acelerados, uma vez que as propostas não votadas são arquivadas ao fim da legislatura. É o caso de um projeto de 2015, que estabelece o dia 29 de agosto como data magna do Paraná. É uma proposta para substituir o feriado de 19 de dezembro, que foi cassado no passado.

Segundo Letícia, a declaração de data magna é um pré-requisito para virar feriado. Outra proposição que envolve a diminuição de dias úteis é a que pretende transformar o Dia da Consciência Negra em feriado oficial, sem atividade em repartições públicas e em estabelecimentos de ensino. Nos dois casos, a Fiep se manifestou contrária.



Deputado Guto Silva (PSD) com o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. Gelson Bampi/Fiep/ Divulgação

Cotas

Ainda de acordo com a coordenadora de assuntos legislativos, outra fonte de preocupação para o setor industrial é um conjunto de propostas que cria cotas de trabalho e estágio, em diversas áreas, para mulheres, idosos e pessoas com deficiência. "No nosso entendimento, a legislação trabalhista é em âmbito federal", diz. Segundo ela, mesmo com um suposto conflito de competência, alguns projetos semelhantes têm sido aprovados, levando a discussão para a Justiça.

De acordo com Letícia, é a primeira vez que a agenda legislativa tem mais posições divergentes do que convergentes, na opinião da Fiep. "Estamos tentando sair de uma crise e isso é bem preocupante para o setor produtivo", comenta.

Entre as propostas consideradas favoráveis pela entidade industrial estão isenções e incentivos para usos de energias renováveis, como a solar.

Agenda legislativa da Fiep

Parecer da Indústria sobre os projetos de lei dos deputados paranaenses a serem votados em 2018:

[Abra o documento](#) em outra janela

Transporte e Vestuário elevam o Índice de Preços ao Consumidor do mês passado, em Curitiba

10/04/2018 – Fonte: Agência de Notícias Governo do Paraná

Após duas retrações consecutivas, o IPC, Índice de Preços ao Consumidor, de Curitiba apresentou a primeira alta do ano, no mês passado, com taxa de 0,12%.

O valor é superior aos resultados de -0,18% ocorrido em fevereiro e -0,08% observado em março do ano passado.

Os dados são do Iparde, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Auxiliado pelas quedas dos dois primeiros meses do ano, o IPC acumulado nos primeiros três meses deste ano evidenciou um comportamento negativo de -0,37%, sendo que o indicador acumulado nos últimos 12 meses totalizou 2,42%.

O resultado do mês passado foi influenciado pelas altas nos grupos Vestuário, Transporte, Artigos de Residência, Educação, Alimentos e Bebidas e Habitação. Por outro lado, ocorreram quedas em Despesas Pessoais, Comunicação e Saúde e Cuidados Pessoais.

Entre os itens pesquisados, as principais contribuições, com aumento de preço, vieram de passagem aérea, automóvel de passeio nacional zero quilômetro, sapato e bota

femininos, perfume, mamão, laranja-pera, banana caturra, pacotes turísticos internacionais, leite pasteurizado integral e aluguel residencial.

No outro extremo, ocorreram quedas em pacotes turísticos nacionais, medicamento anti-hipertensivo, batata-inglesa, sapato e bota masculinos, serviços de telefonia celular, remédio para problemas cardíacos e circulatórios, anti-inflamatório e antirreumático, camisa masculina, pão francês e condomínio.

Inflação para famílias com renda até 5 salários é de 0,07% em março

10/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação de preços da cesta de compras de famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou inflação de 0,07% em março. A taxa ficou abaixo do 0,18% do INPC de fevereiro e do 0,09% da inflação oficial (medida pelo IPCA) em março.

O INPC acumulado no ano ficou em 0,48%. Tanto a inflação acumulada no ano quanto a inflação de março foram as menores desde a implantação do Plano Real, em 1994. Em 12 meses, o INPC acumula inflação de 1,56%, abaixo dos 2,68% da inflação oficial.

Os produtos alimentícios tiveram deflação (queda de preços) de 0,17% em março, menos acentuada do que a deflação de fevereiro, que havia sido de 0,36%. O grupamento dos não alimentícios ficou com inflação de 0,17%, abaixo do 0,41% de fevereiro.

Demanda interna por bens industriais tem queda de 1,6% em fevereiro, diz Ipea

10/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

A demanda por bens industriais no Brasil teve queda de 1,6% entre janeiro e fevereiro deste ano, de acordo com o indicador mensal de Consumo Aparente (CA) de Bens Industriais divulgado hoje (6) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O indicador mede, em termos gerais, os bens industriais que permaneceram no país, sendo ofertados tanto no varejo quanto atacado e também usados como insumos para a produção de outros bens. O cálculo inclui tanto aquilo que foi produzido pelo Brasil e não foi exportado quanto o que foi importado pelo país.

Os dados divulgados hoje mostram que ambos os componentes do indicador recuaram no mês. A produção doméstica líquida de exportações, ou seja, o que foi produzido e ficou no mercado interno, recuou 1,2%. Já as importações de bens industriais caíram 2,8%.

A queda foi puxada principalmente pelos alimentos, que tiveram uma redução de 4,4% em relação a janeiro. Os produtos de fumo e os serviços de impressão e reprodução de gravações também recuaram 6,9% e 13,4%, respectivamente.

No geral, o estudo mostra que houve crescimento em 11 dos 22 segmentos da indústria de transformação analisados. Os que mais contribuíram foram os segmentos de químicos, com alta de 5,8%, e de máquinas e equipamentos, com expansão de 2,6%.

Para o coordenador da pesquisa, Leonardo Carvalho, a queda registrada em fevereiro foi pontual e não indica uma interrupção na recuperação econômica verificada até o momento. "Às vezes, ocorrem pequenas quedas pontuais, mas o importante é ter sempre o cuidado de analisar a tendência desse indicador. Até agora, a tendência é de crescimento, apesar de ter um mês ou outro com queda", disse.

Crescimento no ano

Apesar da variação mensal ser negativa, quando considerada a variação trimestral, verifica-se um aumento de 1,2% no consumo de bens industriais. A variação considerando o período de um ano também é positiva, de 4,5%. O patamar anual é inclusive superior ao verificado em fevereiro de 2017.

De acordo com o Ipea, tomando por base o resultado acumulado em 12 meses, a demanda por bens industriais, que teve um aumento de 4,1%, segue registrando ritmo de crescimento mais intenso que o apresentado pela produção doméstica, que aumentou 2,9%, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, isso é um sinal "de que a atividade industrial está aquecida e que a economia está demandando tanto os bens industriais produzidos no país quanto os bens importados".

Promulgada lei de refinanciamento para micro e pequenas empresas

10/04/2018 – Fonte: Câmara dos Deputados

Foi promulgada e publicada nesta segunda-feira (9) a Lei Complementar [162/18](#), que institui o Refis para micro e pequenas empresas. O programa de refinanciamento, permitido às empresas que optaram pelo Simples (regime simplificado de tributação), foi proposto pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) no projeto de lei complementar [171/15](#).

O projeto foi aprovado pelo Senado no final de 2017 e vetado na íntegra pelo presidente da República, Michel Temer. Porém, o Congresso Nacional derrubou o veto na semana passada, após reivindicação de setores ligados ao empreendedorismo.

Gabriel Jabur/Agência Brasília



Lei beneficia pequenas empresas

A nova lei abrange débitos vencidos até novembro de 2017 e exige pagamento de, no mínimo, 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais e sucessivas.

O restante poderá ser quitado em até 175 parcelas, com redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos legais. Para menos parcelas, o texto permite descontos maiores.

O veto do presidente Temer foi ao projeto inteiro. A justificativa foi de que a medida feria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem dos recursos que cobririam os descontos. A decisão vinha sendo duramente criticada por parlamentares porque, em 2017, o governo sancionou a lei que garantiu refinanciamentos às grandes empresas.

A lei entrou em vigor nesta segunda-feira.

- Íntegra da proposta:
- [PLP-171/2015](#)

Criação de fundos de fomento às micro e pequenas empresas volta à pauta de votação da Assembleia Legislativa

10/04/2018 – Fonte: Agência de Notícias ALEP

Por **Eduardo Santana**.



Fachada Assembleia Legislativa do Paraná. / Foto: **Josette Leprevost/Alep**

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) volta a apreciar, em sua sessão plenária desta segunda-feira (9), duas propostas de autoria do Poder Executivo que dispõem sobre a criação de fundos de fomento às micro e pequenas empresas do estado.

O projeto de [lei nº 100/2018](#), que cria o Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná (FCR/PR), será votado em segunda discussão. De acordo com o Governo do Estado, os recursos previstos neste fundo terão a finalidade de aportar recursos em fundos de investimento que tenham por objetivo consolidar o setor. Este fundo, segundo o texto, apresenta-se como um mecanismo de obtenção de empréstimos a custos mais baixos do que os bancários, estimulando assim novos meios de financiamentos voltados para o setor.

A matéria ainda ressalta que o FCR/PR será gerido pela Agência de Fomento do Paraná S/A (Fomento Paraná) e será composto por diversas cotas de Fundos de Investimentos em Participações (FIP); Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes (FMIEE); Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes e Inovadoras (FIEEI); e Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Educação (FIP-PD&I), geridos por administradoras com competências e idoneidade segundo critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Garantia – Também em segundo turno de votação, será apreciado o projeto de lei nº [101/2018](#), que institui o Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR).

Este fundo, segundo o texto, terá como finalidade prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamento contratadas através de linhas de crédito oferecidas por instituições oficiais de crédito.

O Poder Executivo afirma que criação do FAG/PR possibilitará que as micro e pequenas empresas do estado possam superar suas dificuldades no momento da apresentação de garantias para obtenção de créditos, tendo em vista que a falta de garantias reais é uma das principais barreiras para o acesso de pequenos negócios ao crédito produtivo.

10/04/2018 – Fonte: GS Notícias

Imagine que, em uma determinada hora do dia, seu computador pare e você não possa mais ver e-mails do trabalho ou receber ligações de clientes. Nem mesmo ser lembrado pelo chefe, via WhatsApp, daquele relatório do dia seguinte. Para alguns, esta é a glória para o merecido descanso. Para outros, agonia no ato de se desconectar.

A realidade é que, com trabalhos cada vez mais remotos e digitais, a contagem das horas de trabalho fica confusa. Limitá-las é o caminho. As empresas afirmam que é pelo bem-estar dos funcionários. Pode ser - também. Contudo, há outras duas questões: a econômica, visto que a restrição ajuda a diminuir os custos na folha de pagamento por horas extras, e o resguardo jurídico.

Para quem passa o dia dentro da empresa, por exemplo, isso significa verificar e-mails e ficar à disposição pelo telefone a qualquer horário, como um eterno plantão. Em casos de *home-office*, há um agravante, pois a reforma trabalhista passou a considerar o controle de jornada remota por tarefas e não por hora trabalhada, não havendo necessidade de pagamento de horas extras.

Tudo isso, lá na frente, pode gerar problemas para os dois lados.

- Para o funcionário que trabalha em *home-office* é ruim porque, mesmo que ele tenha liberdade para administrar seu tempo, fica a mercê da quantidade de demanda de trabalho, sem ter limitações e ressarcimento - diz o advogado trabalhista da Bonilha Advogados, Renato Santiago.

O OUTRO LADO

Para a empresa também é difícil se proteger de um processo e comprovar que respeitou a jornada. Com nada muito às claras, algumas empresas estão criando mecanismos para controlar a carga horária.

- As novas tecnologias dão celeridade à comunicação entre pessoas, porém a utilização do WhatsApp para finalidades profissionais fora do horário de trabalho pode gerar hora extra - explica Nelson Tomaz Braga, sócio do N.Tomaz Braga & Schuch Advogados Associados.

Para ele, as limitações no acesso fora do expediente foram tomadas no intuito de mitigar reclamações trabalhistas relacionadas a horas extras, intrajornada, interjornada, sobreaviso e dano moral/existencial - e são positivas. Especialmente, porque os processos de horas extras são comuns na Justiça do Trabalho e, em geral, o que mais encarece as condenações trabalhistas.

- Lembro de um caso de uma pequena empresa em que o empresário passava e-mails com orientações e comentários tarde da noite, além do horário do expediente, apenas porque estava com mais tempo para isso. O colaborador, no entanto, sentia-se na obrigação de responder prontamente e começou a acessar o sistema também fora do horário comercial. Felizmente, a questão foi resolvida com uma conversa. Mas poderia ter tido um desdobramento diferente - lembra Tomaz Braga.

Lá fora, o enquadramento da jornada já está mais avançado, mas por outros motivos. No Japão, por exemplo, onde houve um crescimento na quantidade de mortes por excesso de trabalho (*karoshi*, em japonês) nos últimos anos, o governo criou um plano para restringir as horas extras. E na Coreia do Sul uma iniciativa recente determina que todos os computadores dos funcionários do Governo Metropolitano de Seul serão desligados às 20h na sexta-feira. O país tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo.

BRASIL INICIANTE

No Brasil, delimitar o trabalho ainda é uma prática incipiente, porém, já adotada por algumas empresas. Entre as medidas, estão o bloqueio do acesso a e-mails e telefones corporativos nas férias para todos, incluindo chefes. Para o funcionário comum, também durante a semana à noite e nos finais de semana.

Na Mapfre, em 2014, deu-se início a um projeto de mobilidade que incluía o trabalho remoto e cargas horárias diferenciadas. João Paulo de Noronha, gerente de administração de pessoas do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, explica que, hoje, o horário é controlado por meio de um *login*, seja dentro ou fora da empresa (em casos de *home-office*).

- Quando dá oito horas de trabalho, o funcionário perde o acesso à rede corporativa. Em casos de precisar fazer hora extra, é necessária a autorização do gestor e o tempo total não pode ultrapassar nove horas e meia por dia - relata Noronha.

Assim como nas demais empresas, a mudança também veio para otimizar o tempo do colaborador e evitar possíveis processos trabalhistas. Quando não havia esse método e o funcionário continuava a trabalhar em casa, a empresa chegou a ter problemas na fiscalização por causa das horas extras.

- Há um cuidado também de se resguardar, por isso há o controle. E os gestores começaram a perceber que, nem sempre, as horas extras eram porque havia demanda. Às vezes, o tempo gasto no dia era com afazeres pessoais e o trabalho se acumulava - conta de Noronha, explicando que embora o foco seja a qualidade de vida do trabalhador, a medida trouxe uma redução significativa entre 70% e 80% do pagamento de horas extras.

SEM O 'ZAP'

Outra mudança foi proibir chefes de conversarem via WhatsApp com os funcionários sobre demandas.

- É uma orientação jurídica. Não pode passar ordens ou solicitações pelo aplicativo. Pode até bater papo e alguns participam de grupos, mas nada que caracterize trabalho - afirma o executivo.

Na cena das mudanças trabalhistas, Noronha diz que, em breve, a companhia adotará a flexibilização no horário de entrada.

- Em uma cidade como São Paulo, há muitas variantes, então, a flexibilidade é importante. Os jovens que estão entrando não querem pegar trânsito. Na empresa de softwares Alterdata, o login para o e-mail corporativo durante as férias sempre foi negado e, há três anos, os funcionários não têm mais acesso a qualquer ferramenta do sistema corporativo entre 20h e 7h, nem nos finais de semana ou nas férias.

- Cortamos também o uso do WhatsApp pessoal e o telefone da empresa não vai para casa - explica a diretora operacional Renata Soares.

A opção por bloquear teve resistência, no início, de alguns que queriam adiantar as tarefas num dia. Porém, com o tempo todos se adaptaram. O sistema funciona para a matriz em Teresópolis e todas as filiais no Brasil, sendo trabalho na empresa ou *home-office*.

João Felipe dos Santos é instrutor comercial na Alterdata e explica que os sistemas o ajuda a organizar melhor a sua rotina.

- Quando não se tem acesso, realmente não há o que fazer e relaxamos. Não ter o momento de lazer, uma hora, cansa muito.

- No caso de realmente ter que fazer hora extra, o funcionário precisa da autorização do gestor. E, para os clientes, temos um atendimento específico de suporte 24 horas - acrescenta Renata.

Já na Arval Brasil, gestora de frotas de veículos e subsidiária do Grupo BNP Paribas, o funcionário tem que estar na empresa para ter acesso à rede. Segundo Deise Minelli, gerente de RH, às 22h15m há uma trava para todos os computadores.

Para os cargos de chefia, além disso, o acesso a e-mails é bloqueado nas férias. A decisão, afirma, foi pensada por causa da qualidade de vida dos funcionários e das regras da legislação trabalhista. Com isso, caem as chances de processos futuros por conta das horas extras. As despesas com essas ações também caíram bastante.

É difícil para o funcionário justificar que trabalhou a mais e que deve receber por isso. Também é complicado para a empresa provar que cumpriu as leis trabalhistas. O quadro ficou ainda mais confuso quando a reforma trabalhista regulamentou o *home-office*, passando a considerar os resultados como referência.

- Os empregados em regime de *home-office* estão excluídos da limitação de horas trabalhadas. Estão enquadrados no artigo 62 da CLT. O motivo é que a distância não possibilita a vigilância direta do empregador, não estando o empregado sujeito ao controle de horário. Assim, não há pagamento de horas extras - explica Alexandre Almeida, advogado e sócio da Mazars, consultoria empresarial.

Por outro lado, Almeida diz que é possível as partes estipularem uma jornada, que poderá ser feita por meio de ferramentas tecnológicas ou de um contrato contendo deveres e punições para o não cumprimento.

- Isso permitiria a empresa poder controlar o trabalho à distância, inclusive com a marcação da hora de entrada, intervalos e saída, por meio de sistemas de *login* e *logoff* - afirma.

Segundo o advogado Renato Santiago, cabe à empresa deter o controle da jornada, mas o funcionário também pode buscar formas de se resguardar. O *login*, que algumas empresas adotam, por exemplo, pode ser uma boa saída. Ao trabalhador, ele orienta que se tirem fotos e imprimam-se e-mails que mostrem os horários em que se está a serviço.

O advogado Nelson Tomaz Braga lembra que caso a empresa considere necessário o monitoramento da atividade, poderá fazê-lo, mas estará sujeito ao pagamento de horas extras. A orientação dele é que o profissional mantenha o máximo da sua rotina como se estivesse em um escritório.

Todos os ajustes deverão ser feitos contratualmente, como a disponibilização de equipamentos, infraestrutura, reembolsos de gastos com energia, telefonia, internet, bem como quais tarefas serão executadas.

É recomendável que as empresas lancem nos contratos a forma de controle, seja por meio de tarefa ou de jornada. É também importante que a empresa invista em alguma modalidade de corte de acesso a sistemas, caso haja, de modo a evitar 100% o risco de futuras condenações trabalhistas que reclamem horas extras - direciona Braga.

A medida pode ser usada tanto nos contratos de trabalho normais, quanto nos contratos *home-office* por cautela para evitar alegação de excesso de jornada.

- O direito ao descanso remunerado, com a efetiva desvinculação dos assuntos pertinentes ao trabalho, é uma conquista social significativa e evita eventuais abusos. Esse é o espírito da medida.

Hoje, a sociedade é também baseada em tecnologia de informação, com um setor terciário preponderante, onde desponta a economia digital com suas especificidades - analisa Alexandre Almeida.

Mulheres se destacam em cargos executivos e contratações aumentam 25% na região de Campinas: 'Nenhum medo'

10/04/2018 – Fonte: G1

Pesquisa feita pela consultoria executiva Exec analisou 405 processos de contratação entre 2015 e 2017. Diretora de multinacional conta experiência após ter substituído homem na função. Veja dicas de como chegar tão longe.



Mais do que um olhar mais sensível e um sexto sentido apurado, a diversidade tem sido uma busca constante de empresas multinacionais e nacionais para preencherem cargos executivos. Boa notícia para as mulheres, que ganham espaço em meio a uma seleção por competências - e não por sexo. O número de contratações delas tem aumentado ano a ano no Brasil, e na região de Campinas (SP) a alta foi de 25% em 12 meses.

"A gente tem que se preparar o máximo possível para as funções que a gente quer, a gente pode fazer um networking mais estruturado e não ter receio, nenhum medo. [...] Apostar no potencial, fazer um bom networking e ir pra cima", ensina a diretora de uma indústria farmacêutica multinacional, Tacyana Salomão.

O dado é resultado de uma pesquisa feita pela consultoria especializada na contratação de altos executivos Exec, com atuação nacional. O levantamento considerou 405 processos de admissão desses profissionais entre 2015 e 2017 na região, e constatou alta de 14,5% no primeiro ano e 18% em 2016. Os salários variam entre R\$ 20 e R\$ 60 mil.

"Tem crescido realmente a demanda do cliente. Ele tem pedido para a gente considerar mulheres na lista final de candidatos em funções mais difíceis de se ter mulheres, diretor financeiro, gerência geral. [...] As empresas estão mundialmente preocupadas com a inserção de mulheres", afirma a headhunter e sócia da Exec, Camila Marion.

Já para cargos de alta liderança, como presidência, as mulheres foram a opção escolhida em 4% dos processos em 2017, índice estável frente aos dois anos anteriores.

"A diversidade faz com que haja mais enriquecimento do resultado, porque são pontos de vista diferentes considerados. Quando existe a mulher, aumenta o rendimento dos resultados obtidos. O mercado quer diversidade na liderança", diz.

A média de contratação de mulheres na região ainda está abaixo da média nacional registrada pela Exec no período analisado, e isso se deve, segundo Camila, à demora para interiorizar no país as políticas de inclusão de mulheres em posições de liderança.

"A grande dificuldade é como criar na empresa um ambiente para a mulher conseguir equilibrar [o cargo] com as outras funções, de mãe, amamentação. A questão da culpa que a mulher sente, embora tenha mudado isso na sociedade. Como fazer isso se ela está na empresa e tem um cargo elevado. Esse é o grande desafio", conta Camila.

"Uma coisa é falar da diversidade e outra é criar políticas internas para que a mulher se sinta à vontade e parte integrante da empresa", completa a headhunter.

No lugar deles

Das vagas disponíveis no mercado, 85% estão relacionadas à substituição de profissionais por performance, segundo a pesquisa. Ou seja, muitas mulheres têm entrado no lugar tradicionalmente ocupado por homens.

Foi desta forma que Tacyana Salomão, diretora industrial de uma multinacional farmacêutica de saúde animal, em Paulínia (SP), ocupou o cargo há pouco mais de dois anos.

"Existe uma quebra de paradigma, porque nesta empresa que eu estou hoje nunca se teve uma diretora mulher. Todos os diretores desde o início da fábrica sempre foram homens. [...] Fui superbem aceita, as pessoas entenderam como sendo de fato uma proposta de mudança, um olhar diferente, um foco talvez um pouco mais nas pessoas e na gestão", conta.

Tacyana tem 45 anos, mora em São Paulo (SP) e, após já ter gerenciado outras equipes essencialmente masculinas, faz o percurso rumo ao interior para disseminar a diversidade.

"Eu tento equilibrar a questão do sexo. Não só do sexo, mas também da forma de gestão. Hoje eu tenho uma equipe, um time, muito mais equilibrado e diversificado do que quando eu entrei na empresa", afirma.

A trajetória de mais de 25 anos de carreira iniciou com uma formação em publicidade, passou pela área de tecnologia - em cargos de gestão - e migrou para o setor industrial.

"Além da questão de ser mulher, ainda tem uma questão de formação, e num mundo, especialmente o farmacêutico, conta bastante", conta Tacyana.

A compensação é certa. No estudo, a Exec constatou que, em se tratando de cargos da alta executiva, não há diferenças salariais relevantes entre mulheres e homens nessas posições, tanto na região de Campinas quanto no restante do país.



Como chegar lá

A pedido do **G1**, Camila deu dicas sobre como fazer com que a experiência e as competências das mulheres sejam melhor ouvidas e consideradas numa final de processo seletivo. É preciso saber se posicionar e fortalecer a autoestima, segundo ela.

"Ela tem percebido que precisa se colocar mais, se vender mais para sobressair. O homem é mais autoconfiante. [...] [Ela deve] fazer uma revisão do que já conquistou em termos de resultados, levar

isso na ponta da língua. Ela precisa ser autêntica, não precisa mudar o que ela é. Não precisa mais se masculinizar. Acredito na autenticidade", explica.

Entre os cargos voltados para esses profissionais estão diretorias e gerências nos setores de operações, qualidade e marketing, por exemplo. As empresas que mais têm contratado mulheres, segundo a Exec, são das áreas de agronegócio, papel e celulose, além de indústrias químicas e farmacêuticas.

Medo do desemprego tem leve queda em março, mas continua elevado

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Medo do Desemprego registrou uma pequena melhora em março em relação a dezembro de 2017: caiu de 65,7 pontos para 63,8 pontos. O dado foi divulgado nesta segunda-feira, 9, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a entidade, apesar da melhora, o indicador ainda está elevado, "muito acima da média histórica de 49,2 pontos".

O gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca, disse em nota que a preocupação dos brasileiros ainda não reflete a recuperação da economia, porque, segundo ele, o emprego é o último indicador a melhorar nos processos de saída da crise.

O levantamento mostra que os nordestinos registraram em março ter mais medo do desemprego do que os demais brasileiros. No Nordeste, mesmo com uma queda de 4,3 pontos em março na comparação com dezembro, o índice do medo do desemprego alcançou 69,3 pontos. O receio é menor na Região Sul, onde o indicador está em 53,4 pontos. No Norte/Centro-Oeste, o indicador ficou em 61,4 pontos; e no Sudeste, 65,1 pontos.

Apesar da apreensão quanto ao desemprego, a CNI constatou que os brasileiros estão mais satisfeitos de um modo geral. O Índice de Satisfação com a Vida alcançou 67,5 pontos em março, superior ao de dezembro de 2017, de 65,6 pontos. "O indicador de março é o maior desde o primeiro trimestre de 2015, mas continua abaixo da média histórica, que é de 67,5 pontos", cita o estudo.

A satisfação com a vida é maior no Sul (69 pontos) e menor no Norte/Centro-Oeste (66,7 pontos). "Isso significa que as pessoas começam a perceber a melhora da economia e a queda da inflação", avaliou Renato da Fonseca. No Nordeste e no Sudeste, o índice de março ficou igual para as duas regiões: de 67,3 pontos.

Os estudos Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida são elaborados trimestralmente pela CNI e Ibope Inteligência. Esta edição dos levantamentos ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios entre os dias 22 e 25 de março.

Sindicato de empregados da LAN, filial da Latam, anuncia greve

10/04/2018 – Fonte: R7

O Sindicato de Tripulantes de Cabine da LAN Express, da Latam Airlines, confirmou nesta segunda-feira uma greve por tempo indefinido a partir de terça-feira, após fracassar uma mediação do governo para aprovar um novo contrato de trabalho da empresa.

A organização sindical, que inclui quase 1.000 funcionários de companhias aéreas, disse que a medida de força afetará todos os voos no Chile, bem como conexões internacionais da Latam, a maior empresa de transporte aéreo da região.

"Após a última reunião com a empresa, ela não só não entregou nenhuma proposta nova como não esteve disposta a estender a mediação para seguir negociando", disse o sindicato.

A greve começa à 00:00 de terça-feira, horário de Brasília.

Em resposta, a empresa cancelou 623 vôos até 16 de abril e afirmou que a greve afetará inicialmente cerca de 90 mil passageiros.

Além disso, destacou que as condições dos tripulantes da unidade "são as melhores da indústria no Chile e suas remunerações superam em 30 por cento a média do setor".

O grupo, com sede em Santiago, possui unidades operacionais na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru.

Comércio global deve seguir regras estipuladas pela OMC, diz Lagarde

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, afirmou nesta segunda-feira que o comércio deve seguir as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), já que "os jogadores devem jogar de acordo com as regras que dão a si mesmos e a OMC forneceu as regras para o comércio multilateral". Os comentários foram feitos no Fórum de Boao sobre a economia asiática.

"Quanto há alegações de dumping e práticas comerciais desleais que violam as regras, existe um mecanismo que é o de resolução de disputas que precisa ser usado", disse Lagarde. Para ela, o comércio tem sido um fator importante na redução da pobreza extrema, em tirar pessoas da pobreza e em disseminar a inovação.

Durante sua fala, a diretora-gerente do FMI lembrou que, em meados dos anos 1980, o número de pessoas em situação de pobreza extrema era de cerca de 90%. Em 1990, o número caiu para 37% da população mundial e, hoje, é de 10%. "Se quisermos reduzir a pobreza, melhorar a produtividade e aumentar o crescimento, precisamos ter comércio", comentou.

Além disso, Lagarde disse que a recuperação econômica global está "firmando raízes" e que, neste ano, o crescimento deve ser de 3,9%, com os números próximos do nível anterior à crise financeira de 2008. No entanto, "embora o sol esteja brilhando, temos que olhar para as nuvens no horizonte. Uma delas é a tentação do protecionismo", afirmou.

Indicador antecedente cai em março mas ainda indica contratações no Brasil nos próximos meses, diz FGV

10/04/2018 – Fonte: R7

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou em março mas ainda assim encerrou o primeiro trimestre em nível elevado e apontando contratações nos próximos meses, de acordo com os dados divulgados nesta terça-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O IAEmp, que antecipa os rumos do mercado de trabalho no Brasil, caiu 1,9 ponto e foi a 107,7 pontos em março, devolvendo toda a alta do mês anterior, mas manteve tendência ascendente de 0,2 ponto na média móvel trimestral.

"O índice mostra-se em um nível bastante elevado refletindo uma grande confiança quanto à retomada da economia e, com isso, uma contratação mais forte ao longo dos

próximos meses", disse em nota o economista da FGV/Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho.

O resultado do IAEmp em março teve como principal influência a queda de 10,2 pontos do índice que mede a situação dos negócios atual da Indústria de Transformação, segundo a FGV.

Ainda em março, o Indicador Coincidente de Emprego (ICD), que capta a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho, recuou 0,9 ponto em março, para 96,2 pontos, o menor patamar desde agosto de 2016.

"O índice mostra que houve uma percepção de melhora nas condições de emprego principalmente para os consumidores de renda mais elevada. No entanto, reflete uma situação ainda bastante difícil no mercado de trabalho, apesar da melhora gradual observada nos últimos meses", explicou Barbosa Filho.

No trimestre até fevereiro, a taxa de desemprego do Brasil voltou a subir e atingiu 12,6 por cento, com o número de empregados com carteira de trabalho assinada atingindo o menor nível desde 2012 em uma economia que apresenta recuperação irregular no início do ano.

Volatilidade das ações não é um grande fator para o BCE até o momento, diz Draghi

10/04/2018 – Fonte: R7

A queda nos mercados acionários este ano não afetou de forma significativa as condições financeiras da zona do euro, disse o presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, nesta segunda-feira, sugerindo que as autoridades monetárias mantenham a calma sobre a recente volatilidade do mercado.

Draghi acrescentou que a inflação na zona do euro continuará subindo para a meta do BCE de quase 2 por cento, mas a incerteza sobre o grau de ociosidade na economia exige paciência.

"Embora continuemos confiantes de que a inflação vai convergir para nossa meta no médio prazo, ainda há incertezas sobre o grau de ociosidade na economia", disse Draghi no relatório anual do BCE.

"Uma política monetária paciente, persistente e prudente, portanto, continua necessária para garantir que a inflação retorne à nossa meta", acrescentou.

Comentando sobre os mercados acionários, Draghi disse que os mercados já estavam vulneráveis a uma reprecificação abrupta de risco, mas que o impacto da volatilidade é muito menor.

"Estes riscos materializaram-se nos mercados de ações globais no início de 2018, embora até agora sem repercussões significativas nos mercados de crédito da zona do euro e, conseqüentemente, nas condições financeiras mais amplas."

As principais ações da zona do euro caíram 2,7 por cento este ano, enquanto as ações de bancos, um indicador crucial para o BCE, recuaram 3,1 por cento.

Dólar salta a R\$ 3,42 e atinge maior nível desde o fim de 2016

10/04/2018 – Fonte: R7

O dólar subiu mais de 1,5% nesta segunda-feira (9) e voltou ao patamar de R\$ 3,42, maior nível em quase um ano e meio, com os investidores cada vez mais temerosos

com a cena eleitoral neste ano e com o exterior, diante de eventual guerra comercial entre Estados Unidos e China.

O movimento aconteceu apesar da volta do BC (Banco Central) ao mercado cambial, com novo leilão de swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólar, para rolagem dos contratos que vencem em maio.

Nesta sessão, a moeda norte-americana avançou 1,6%, a R\$ 3,4219 na venda, maior nível desde 5 de dezembro de 2016, quando fechou a R\$ 3,4294. Neste pregão, chegou à máxima de R\$ 3,4237.

Esse foi a sexta sessão de alta da moeda-norte-americana, acumulando valorização de 3,69%, com o mercado pouco a pouco precificando maiores aversões ao risco. O futuro tinha alta de cerca de 1,5% no final da tarde.

"Ninguém sabe como as pessoas vão reagir ao pós-Lula, mas minha percepção é de que o desconforto e necessidade de mudanças vão prevalecer. E isso não é necessariamente bom para o mercado", afirmou o diretor de tesouraria de um banco estrangeiro.

O cenário político continuava sendo fonte de preocupações para os mercados, após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de semana.

O petista, visto por investidores como menos comprometido com o controle das contas públicas, lidera as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais deste ano e, mesmo sem concorrer, pode exercer influência no pleito como forte cabo eleitoral, o que não agrada os mercados financeiros.

Analistas consultados logo após a prisão ser decretada disseram que o PT deverá, ao menos publicamente, insistir na candidatura à Presidência de Lula, mesmo com ele preso, pois esta é a estratégia que mais maximiza a transferência de votos para outro petista ou para um candidato aliado.

"Para os investidores, o evento [prisão] importa pelo eventual impacto que terá no quadro eleitoral de agora até outubro", afirmou o gestor de derivativos de uma corretora fluminense. "Com o quadro eleitoral ainda em aberto, é natural que os mercados locais demandem mais prêmios de risco", emendou.

Ambiente externo

A cena externa também continuou assombrando os mercados, com temores de que uma guerra comercial possa começar e, assim, afetar o fluxo de capitais.

A China intensificou seus ataques contra o governo dos Estados Unidos nesta segunda-feira devido a bilhões de dólares em ameaças de tarifas, dizendo que Washington seria o culpado pelos atritos e repetindo que é impossível negociar sob as "circunstâncias atuais".

No exterior, o dólar tinha leve baixa frente a uma cesta de moedas com persistentes preocupações sobre potencial conflito comercial entre EUA e China, e operava misto ante divisas de países emergentes.

Profissionais comentaram que fluxo de saída de recursos nesta sessão também ajudou a içar o dólar ante o real. Dessa forma, a volta do BC ao mercado teve influência limitada nos negócios.

A autoridade monetária vendeu nesta sessão toda a oferta de até 3.400 swaps, ou US\$ 170 milhões do total de US\$ 2,565 bilhões que vence em maio. Se mantiver esse volume e vendê-lo integralmente, o BC rolará o estoque total que vence no próximo mês.

Fitch projeta alta de 2,6% no PIB da América Latina em 2018

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A recuperação das commodities e a maior demanda externa e interna vão fazer com que a América Latina tenha uma recuperação cíclica modesta em 2018. A avaliação é da agência de classificação de risco Fitch, que projeta expansão do Produto Interno Bruto (PIB) da região de 2,6% este ano, excluindo-se o desempenho da Venezuela. Em 2017, o crescimento foi de 1,7%.

Em relatório publicado nesta segunda-feira, a agência de classificação de risco alertou que o peso da dívida pública continua crescendo em muitos países da região. “O risco de piora econômica na América Latina continua devido à carência de medidas fiscais”, disse a agência.

Ao comentar as perspectivas para 2018, a Fitch informou que vai monitorar as eleições no Brasil, Colômbia, México, Paraguai e Venezuela.

“O baixo crescimento, a corrupção e os gargalos na legislação frustram os eleitores da América Latina. Como resultado, políticos antissistema têm tido desempenho bem em pesquisas em alguns países, como o México e o Brasil”, afirmou a Fitch.

Fipe reduz projeção do IPC de abril de 0,21% para 0,16% com alimentação e energia

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O grupo Alimentação voltou a registrar um resultado mais baixo que o previsto no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Na primeira leitura de abril, o conjunto de preços de alimentos ficou praticamente estável, com alta de 0,01% após 0,04% no fim de março.

“Alimentação segue mais fraca, principalmente influenciada pelos produtos industrializados, que voltaram a registrar queda”, explica o coordenador do IPC-Fipe, André Chagas.

Em razão do quadro ainda favorável em Alimentação e da expectativa de deflação em Habitação, por conta da projeção de redução na alíquota de PIS/Cofins nas contas de luz, o economista espera um IPC menor no fim de abril.

“Embora a Eletropaulo não tenha divulgado, as coletas estão indicando que pode ter queda expressiva em PIS/Cofins, que pode chegar a dar um alívio de 0,05 ponto porcentual no IPC de abril, para o qual alteramos a projeção de 0,21% para 0,16%”, explica.

A despeito do avanço da taxa do IPC na primeira quadrissemana de abril – últimos 30 dias terminados no sábado -, Chagas afirma que o grupo de alimentos ajudou a conter a aceleração do índice após a estabilidade no fim de março.

“Houve quedas que não são desprezíveis. Mostra que a retomada na indústria está acontecendo por meio da redução da capacidade ociosa, mas parece que não está ocorrendo repasse de preços”, avalia.

Os alimentos industrializados saíram de queda de 0,50% no encerramento do mês passado para declínio de 0,61% na primeira quadrissemana de abril. Conforme o economista da Fipe, todos os segmentos desta categoria cederam, com exceção de panificados (0,20%), a parte de massas, farinhas e féculas (0,17%), além de alimentos semi prontos (0,17%), que tiveram alta no período.

Ele citou como exemplo a retração nos preços de açúcar, de 2,88% ante -1,59% no encerramento de março, e de 1,08% em derivados da carne após -1,25% antes. "Voltaram a acelerar o ritmo de queda e isso não aconteceu somente em alimentos, mas também houve recuo em alguns equipamentos como TV, com recuo de 1,76% após -1,67%", cita.

Além disso, os alimentos semielaborados continuaram cedendo (-0,13%), ainda que em magnitude menos intensa que a queda de 0,58% no término de março. "Os semielaborados continuam no negativo, contrariando as estimativas. As proteínas estão caindo, com destaque para carne de frango de -5,52% para -4,65%, suína de -1,46% para -1,03% e bovina de -0,48% para -0,43%", exemplifica.

Os alimentos in natura também tiveram alta menor no período, de 1,34% na comparação com 2,00% no fim de março. A variação negativa de verduras acelerou a velocidade de 0,53% para 0,86% na primeira quadrissemana de abril, com destaque para o recuo de 0,75% do tomate após elevação de 7,58% no fim de março.

As frutas diminuíram um pouco o ritmo de alta de 3,95% para 3,84%, mas o mamão continuou o processo de avanço forte para 32,18% após 25,07%, enquanto o limão seguiu em queda de 9,31% depois de ceder 10,43%. Os preços de ovos, por sua vez, tiveram alta de 3,41% depois de 2,62% no encerramento do mês passado. Além disso, alimentação fora de casa avançou de 0,19% para 0,26% no período.

Pressão de alta

De acordo com Chagas, a elevação para 0,21% no grupo Habitação na primeira quadrissemana de abril em relação ao aumento de 0,11% antes foi devido principalmente ao encarecimento em TV por assinatura, de 4,70%, na comparação com 3,76% antes.

Já o grupo Transportes, que teve alta de 0,11% na primeira quadrissemana de abril, podem fechar o mês em 0,18%, diante da expectativa de leve pressão altista em combustíveis.

Além disso, Chagas espera queda menos intensa, de 0,10% em Despesas Pessoais, após -0,63% na primeira quadrissemana, por conta de gastos em viagem/excursão e passagem aérea, e elevação de 1,05% no grupo Saúde, em reflexo a pressões de alta em planos e em preços de remédios. Na primeira leitura de abril, Saúde ficou com variação positiva de 0,57%.

Moody's melhora perspectiva do Brasil de negativa para estável

10/04/2018 – Fonte: Folha de São Paulo



Logo da Moody's em Nova York - Brendan McDermid/Reuters

A agência de classificação de risco Moody's revisou a perspectiva da nota de crédito do Brasil de negativa para estável nesta segunda-feira (9), o que reduz a chance de novo rebaixamento do país no curto prazo.

A nota atual do Brasil na Moody's é "Ba2", dois degraus abaixo do grau de investimento, espécie de selo de bom pagador dos países.

A agência lista dois fatores para a mudança da perspectiva da nota. O primeiro é a expectativa de que reformas para preservar a sustentabilidade fiscal e estabilizar a dívida no médio prazo serão aprovadas pelo próximo governo.

O segundo é a perspectiva de crescimento econômico mais forte que o esperado no curto e médio prazo, sustentado por reformas estruturais prévias, que, na análise da agência, dará suporte aos esforços de consolidação fiscal.

"A Moody's acredita, em resumo, que os riscos negativos para o crescimento e as incertezas relacionadas ao ímpeto para reformas, que levaram à atribuição da perspectiva negativa para o rating Ba2 em maio do ano passado, diminuiram", disse a agência em comunicado.

O anúncio da agência acontece dois dias após a prisão do ex-presidente Lula, cuja possibilidade de uma candidatura à Presidência nas eleições deste ano fica mais distante. A Moody's não cita em seu relatório, no entanto, a prisão de Lula.

A leitura otimista da Moody's vem na contramão do entendimento do mercado, que piorou sua percepção de risco do Brasil com incertezas sobre o papel do ex-presidente em uma possível transferência de votos e o esboço de uma pulverização que dificultaria a ida de um candidato reformista ao segundo turno.

O dólar subiu 1,57% nesta segunda, para R\$ 3,42, e fechou no maior patamar desde dezembro de 2016.

No comunicado, a agência diz esperar que o governo eleito em outubro retome esforços para aprovar reformas fiscais e destaca a da Previdência.

"Há consenso entre líderes políticos de que os custos políticos e econômicos do não cumprimento com o teto de gastos são muito elevados para serem ignorados", afirma.

Em caso de descumprimento do teto de gastos, a Moody's entende que os esforços de consolidação fiscal seriam enfraquecidos. Isso, na análise da agência, abalaria a confiança do mercado na capacidade das instituições do país de resolver o desequilíbrio fiscal estrutural, o que atrapalharia a recuperação econômica.

"A Moody's, portanto, espera que o próximo governo trabalhe efetivamente com o Congresso para aprovar uma reforma da Previdência que seja suficientemente abrangente, de forma a conter o crescimento de despesas obrigatórias e assegurar o cumprimento do teto constitucional", afirma.

RISCO

O Ministério da Fazenda atribuiu a melhora na perspectiva da nota brasileira às ações da pasta, mas lembrou que ainda há necessidade de avanços na agenda de reformas, como a da Previdência.

"O Ministério da Fazenda atribui a melhora na avaliação às ações realizadas pela equipe econômica desde maio de 2016. Além do trabalho para restabelecer o equilíbrio fiscal, tem papel fundamental a ampla agenda de reformas em curso. Em particular, o sucesso na aprovação do teto de gastos, a reforma trabalhista, o programa de recuperação fiscal dos Estados, a reabertura do setor de óleo e gás e a reformulação das políticas de crédito do BNDES e a Taxa de Longo Prazo (TLP).

"De acordo com o texto, a agência ressaltou que a recuperação da economia ajudará na dinâmica da dívida pública.

"A agência enfatiza, no entanto, que um fator de risco que poderia levar à reavaliação negativa da nota de crédito brasileira seria um cenário político no qual não se verificassem avanços na agenda de reformas para a consolidação fiscal e cumprimento do teto de gastos, como maior postergação na reforma da previdência", disse a pasta.

"A evolução dos debates em torno de reformas estruturais que promovam esses objetivos é essencial para o país."

CONTRAMÃO

A revisão da perspectiva da Moody's contraria também o que foi feito pelas outras duas agências de risco, a Fitch e a S&P Global.

A agência de classificação de risco Fitch cortou em 23 de fevereiro a nota de crédito do Brasil, com perspectiva estável.

A nota foi reduzida de "BB" para "BB-", três níveis abaixo do grau de investimento, mantendo o Brasil dentro do grupo de países considerados maus pagadores de suas dívidas.

A perspectiva melhorou de negativa para estável, o que reduz o risco de novos rebaixamentos nos próximos meses.

Antes, em 11 de janeiro, a S&P cortou o rating brasileiro de "BB" para "BB-", no primeiro rebaixamento por uma agência no governo do presidente Michel Temer.

O atraso nas reformas e as incertezas sobre a eleição presidencial deste ano estão entre os principais fatores que pesaram na decisão da S&P.

REVISÃO

A Moody's já voltou atrás antes na decisão de melhorar a perspectiva brasileira.

Em 15 de março de 2017, a agência alterou a nota de negativa para estável, apoiando a decisão na perspectiva de que a melhora observada nas condições macroeconômicas persistiria.

Em maio daquele ano, no entanto, voltou a classificar a perspectiva como negativa. A razão para a mudança foi o aumento da incerteza em relação à aprovação das reformas após a crise política.

Moody's: Rating do Brasil pode ser elevado com reformas estruturais

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A agência de classificação de risco Moody's afirmou nesta segunda-feira, 9, que o rating do Brasil pode ser elevado se novas reformas estruturais, que sustentariam taxas de crescimento mais elevadas, forem aprovadas. Essas reformas, de acordo com a instituição, também dariam apoio a uma consolidação fiscal mais rápida do que a atualmente esperada.

No comunicado em que mantém a nota soberana brasileira em Ba2 e altera a perspectiva de negativa para estável, a Moody's aponta que um ressurgimento da inoperância política e a paralisação da agenda de reformas "exercerão pressão negativa sobre o rating". Enquanto isso, o fracasso na aprovação de reformas fiscais, como a da Previdência, seria um forte indicador dessa inoperância.

Esse cenário também indicaria "fraquezas institucionais que não foram capturadas por nossa avaliação atual e exerceriam pressão negativa extra sobre as notas".

Balança tem superávit de US\$ 1,461 bilhão na 1ª semana de abril

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 1,461 bilhão na primeira semana de abril (dias 1 a 8), de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O saldo positivo é resultado de exportações de US\$ 4,524 bilhões e importações de US\$ 3,064 bilhões.

Pela média diária de exportações, houve uma queda de 7,9% nas vendas ao exterior na primeira semana de abril em relação à média do mesmo mês em 2017. Nessa comparação, o valor diário recuou de US\$ 982,2 milhões para US\$ 904,9 milhões.

Já as importações cresceram 2,9%, em relação à medida diária de abril de 2017, passando de US\$ 595,4 milhões para US\$ 612,7 milhões por dia na primeira semana deste mês.

Em 2018, a balança comercial acumula superávit de US\$ 15,409 bilhões, resultado de exportações de US\$ 58,891 bilhões e importações de US\$ 43,482 bilhões. No acumulado do mesmo período em 2017, o saldo era positivo em US\$ 21,365 bilhões.

Superintendência do Cade orienta condenar cartel em mercado de energia elétrica

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou nesta segunda-feira, 9, a condenação de sete empresas e 21 pessoas físicas por formação de cartel no mercado de comercialização de produtos destinados à transmissão e distribuição de energia elétrica. Segundo nota divulgada pelo Cade, o "conluio teria causado prejuízos a indústrias e impactado potencialmente o preço final da eletricidade pago pelo consumidor brasileiro".

De acordo com o parecer do órgão, durante mais de uma década, as empresas envolvidas no cartel se coordenaram para dividir o mercado e fixar preços de venda dos produtos. "Os participantes também desenvolveram regras sofisticadas para alocação de projetos relacionados a concorrências públicas e privadas para aquisição de produtos elétricos comercializados por eles", diz a nota do Cade, que informa ainda que a prática teria começado em meados de 1990.

Segundo o Cade, durante as investigações, verificou-se que as concessionárias de energia mais afetadas, possivelmente, foram Chesf, Furnas, Eletropaulo, Eletrobras, Eletronorte e Eletrosul. A conduta teria ainda prejudicado indústrias e empresas privadas que adquiriram os produtos para construir suas próprias subestações de força, como por exemplo, a CBA, Schincariol, CVRD, Celg, White Martins, JPW Engenharia, Odebrecht e Engevix.

Os insumos afetados pela prática, de acordo com órgão de defesa da concorrência, são partes integrantes de subestações isoladas a ar (conhecidas como subestações AIS – Air Insulated Switchgear). Essas instalações são responsáveis pelo fluxo eficiente de eletricidade dentro das redes de transmissão e distribuição, que incluem produtos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, como, por exemplo, transformadores, disjuntores, capacitores e equipamentos de proteção e controle de energia.

De acordo com o parecer da superintendência do Cade, para garantir a implementação dos acordos por todos os integrantes, o cartel tinha mecanismos de punição e retaliação aos que descumprissem o que foi combinado e também ações para prejudicar empresas concorrentes que não se alinharam ao conluio.

Segundo o Cade informou, participaram do cartel as principais fabricantes dos produtos destinados à transmissão e distribuição de energia elétrica no âmbito do sistema elétrico de potência.

São eles: ABB, Alstom Hydro Energia Brasil, Ansaldo Coemsa, Areva Transmissão & Distribuição De Energia, Balteau Produtos Elétricos, General Eletric do Brasil, Inducon do Brasil Capacitores, Inepar Energia, Laelc Reativos Ltda, Nokian Capacitors Brasil Sistemas Elétricos, Schneider Electric Brasil, Siemens, Telvent (atualmente Schneider

Electric), Toshiba do Brasil, Trafo Equipamentos Elétricos, VA Tech Transmissão e Distribuição, e WEG, além de diversas pessoas físicas ligadas a essas empresas.

O Cade informou ainda que algumas companhias e pessoas físicas já firmaram o Termo de Compromisso de Cessação (TCC), por isso, o processo administrativo está suspenso em relação a eles.

As empresas Alstom Brasil Energia e Transporte e Grid Solutions Transmissão de Energia celebraram acordo com o órgão em 2016. Em 2017, Siemens e VA Tech Transmissão e Distribuição também assinaram TCC neste caso. Além disso, informa o Cade, foram celebrados termos de cessação com mais de 10 executivos do setor. Ao todo, foram recolhidos mais de R\$ 175 milhões a título de contribuição pecuniária.

Agora, caberá ao tribunal do Cade julgar o processo administrativo e tomar a decisão final sobre o caso. Se condenadas, as empresas deverão pagar multa que pode atingir até 20% do seu faturamento no ano anterior ao de instauração do processo.

BNDES prevê desembolsos de R\$ 13 bilhões para energia elétrica em 2018

10/04/2018 – Fonte: G1

Área já recebeu cerca de R\$ 1,6 bilhão em desembolsos no primeiro trimestre.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prevê R\$ 13 bilhões em desembolsos para projetos na área de energia elétrica em 2018, com leve recuo de 3% ante os R\$ 13,43 bilhões no ano anterior.

Segundo apresentação do banco obtida pela Reuters, a área de energia já recebeu cerca de R\$ 1,6 bilhão em desembolsos no primeiro trimestre, com predomínio de financiamentos a parques eólicos, que receberam quase R\$ 960 milhões, e distribuição de eletricidade, com R\$ 473 milhões.

Já projetos de transmissão receberam R\$ 110,7 milhões e hidrelétricas tiveram R\$ 49 milhões.

Entenda o que fazem as agências de classificação de risco

10/04/2018 – Fonte: G1

Elas avaliam os números de empresas, bancos, governos e outras instituições e dão uma nota, que serve para que os investidores saibam para quem é seguro ou não emprestar dinheiro.

As agências de classificação de risco existem para que os investidores saibam quais são os investimentos mais seguros e quais oferecem maior risco de prejuízo. Elas avaliam os números de empresas, bancos, governos e outras instituições e dão uma nota.

Para atribuir uma nota, as agências observam, por exemplo, se a empresa vende o suficiente para pagar suas dívidas ou se um governo gasta mais do que arrecada. Quanto melhor é a nota, mais seguro é o investimento. Quanto menor é a nota, maior é o risco de enfrentar problemas para receber seu dinheiro, existindo até a possibilidade de calote. Nesse caso, os investidores cobram mais caro para emprestar seu dinheiro.

Avaliação de governos

Os governos também são avaliados pelas agências de classificação. Os investidores internacionais, antes de comprar títulos da dívida pública, avaliam os riscos de levar um calote de cada governo.

Quando as contas públicas não estão bem, a nota do país é rebaixada pelas agências. Isso significa que investir no país ficou um pouco mais arriscado e os investidores vão exigir rendimentos maiores para financiar a dívida pública e emprestar dinheiro para boa parte das empresas nacionais.

Ações da Marfrig disparam após empresa virar 2ª maior processadora de carne do mundo

10/04/2018 – Fonte: Agência de Notícias Governo do Paraná

Empresa comprou 51% das ações da National Beef e terá faturamento consolidado de R\$ 43 bilhões



As ações da Marfrig dispararam nesta segunda-feira (9) na Bolsa brasileira, após a empresa comprar 51% das ações da National Beef, quarta maior processadora de carne bovina dos Estados Unidos.

Com isso, a brasileira se torna a segunda maior processadora de carne bovina do mundo, com um faturamento consolidado de R\$ 43 bilhões. A primeira é a também brasileira JBS.

As ações subiram 18,81%, para R\$ 7,39. Com isso, a empresa ganhou R\$ 726,9 milhões em valor de mercado nesta sessão.

Em relatório, analistas do BTG Pactual avaliam que a operação, à primeira vista, surpreende, considerando as metas agressivas de desalavancagem da Marfrig. A empresa busca alcançar um índice de alavancagem —uso de empréstimos para aumentar a rentabilidade— de 2,5 vezes até o fim do ano.

"A notícia aqui é que a Marfrig está abertamente falando sobre a venda total da Keystone", indica. A empresa é especializada e dedicada à produção, comercialização e distribuição de alimentos para o canal food service no Brasil.

"Claro que isso dependeria da avaliação, mas nós estimamos que a companhia resultante poderia ter uma relação dívida líquida/ebitda baixa como 1,5 a 2 vezes", indica a nota. Essa relação indica em quanto tempo a empresa conseguiria pagar suas dívidas com sua geração de caixa.

Os analistas veem como positiva a nova posição da Marfrig, considerando o negócio anunciado nesta segunda e a venda da Keystone.

"Nós teríamos um operador de proteína mais focado, com uma muito diversificada marca de carne na América do Sul e nos Estados Unidos, e com uma altamente sinérgica base de clientes", dizem.

Além disso, o compromisso de crescimento da Marfrig de manter o baixo endividamento é positivo em um setor onde a dívida majoritariamente explicou a falta de criação de valor por muitos anos.

A Marfrig pagará US\$ 969 milhões (R\$ 3,3 bi) pela participação e, concluída a transação, passará a ser a segunda maior processadora de carne bovina do mundo,

com um faturamento consolidado de R\$ 43 bilhões. A primeira é a também brasileira JBS,

A National Beef exporta para 40 países, incluindo o Japão e a Coreia do Sul, mercados atualmente fechados às exportações de carne brasileira.

"Com a transação, teremos operações nos dois maiores mercados de carne bovina do mundo, chegaremos a países consumidores extremamente sofisticados e conseguimos crescer mantendo uma rigorosa disciplina financeira", disse Martín Secco, presidente da Marfrig, em nota.

China abre reclamação contra os EUA na OMC por tarifas sobre aço

10/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A ação do governo chinês mira as altas tarifas cobradas na importação de aço e alumínio



Donald Trump e Xi Jinping durante encontro em Pequim, em novembro de 2017 - Damir Sagolj/Reuters

A China abriu uma reclamação contra os Estados Unidos na OMC (Organização Mundial do Comércio), após o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, definindo tarifas bilionárias aos produtos chineses.

A ação do governo da China mira as altas tarifas cobradas na importação de aço e alumínio.

Em março, o governo americano impôs tarifas sobre US\$ 60 bilhões em produtos chineses, em resposta ao que os EUA afirmam ser um roubo da propriedade intelectual americana. Como resposta, a China aplicou tarifas de até 25% a 128 produtos americanos.

A China pediu 60 dias de negociações com os EUA sobre a disputa sobre aço e alumínio, segundo a OMC. Se um acordo não for fechado, o país asiático irá pedir uma solução para a organização.

Vendas de cimento no mercado interno caem 3% no 1º tri, diz SNIC

10/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

As vendas de cimento no mercado interno somaram 12,6 milhões de toneladas no primeiro trimestre do ano, queda de 3,0% em relação ao mesmo período de 2017, de acordo com dados preliminares da indústria, divulgados nesta segunda-feira, 9, pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

No mês passado, foram vendidas 4,4 milhões de toneladas, redução de 8,4% na comparação anual. No consolidado dos últimos 12 meses (abril de 2017 a março de 2018), as vendas acumuladas totalizaram 53,2 milhões de toneladas, número 5,6% menor do que período anterior.

Na comparação por dia útil, que a SNIC considera o melhor indicador da indústria, as vendas de cimento no mercado interno em março apresentaram quedas de 4,6% em relação a fevereiro e de 2,6% sobre março de 2017.

Segundo o presidente do SNIC, Paulo Camillo Penna, o resultado das vendas do produto no primeiro trimestre, apesar de já esperado, ficou um pouco aquém do que o projetado pelo sindicato.

Ele afirma, em nota, que além de um menor número de dias úteis neste primeiro trimestre, o forte regime de chuvas em fevereiro e março influenciou bastante o desempenho das vendas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Mesmo assim, estão em linha com as expectativas de recuperação de demanda em 2018: "Esperamos um melhor desempenho a partir do próximo trimestre e devemos fechar o ano com crescimento entre 1% e 2%."

Vendas de implementos crescem 53% no primeiro trimestre

10/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Segmento de reboques e semirreboques foi o que mais avançou, 76,7%, puxado pela alta das compras de caminhões pesados

A indústria de implementos rodoviários para transporte de cargas no primeiro trimestre do ano acompanhou de perto o bom desempenho das vendas de caminhões no País, que cresceram 51% em relação ao mesmo período de 2017. Segundo dados divulgados pela Anfir, que reúne os fabricantes do setor, com 17.581 unidades fabricadas e comercializadas, o volume de negócios foi 53,3% maior do que o registrado nos primeiros três meses do ano passado.

"O resultado consolidado do primeiro trimestre mostra recuperação do mercado, com tendência a continuar ao longo do ano", afirma Alcides Braga, presidente da Anfir.

A maior parte do crescimento registrado pelo setor veio das vendas de reboques e semirreboques, que tiveram expansão de 76,7%, com emplacamentos de 8.670 unidades, contra 4.905 no primeiro trimestre de 2017.

Assim o setor seguiu o desempenho do mercado nacional de caminhões pesados, que no momento avança mais rápido do que os outros segmentos, principalmente por causa do crescimento do agronegócio, com expectativa de nova safra recorde de grãos. Tanto é que o maior volume de veículos rebocados vendidos foi de graneleiros/carga seca, quase 2,2 mil unidades em três meses, o que indica alta de 91% sobre o mesmo período de 2017.

A alta expressiva na venda de caminhões pesados nos últimos meses fez Alarico Assumpção Jr., presidente da associação de concessionários, a Fenabreve, alertar que poderá haver falta de produtos para entregar este ano. Já o presidente da Anfir garante que a indústria de implementos tem capacidade instalada suficiente para abastecer o mercado.

As vendas do segmento de carrocerias sobre chassis também foram bem no primeiro trimestre do ano, ainda que em ritmo inferior ao de rebocados. Foram implementadas 8.911 unidades de janeiro a março, ante 6.565 no mesmo período de 2017, registrando crescimento de 35,7%.

No sentido contrário, as exportações de implementos registraram importante queda no primeiro trimestre, indicando que o mercado interno começa novamente a dominar as atenções dos fabricantes. As 346 unidades exportadas ficaram quase 32% abaixo das 508 do mesmo período de 2017.

Uber compra Jump, startup de bikes compartilhadas

10/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Com o negócio, companhia quer se posicionar como empresa de soluções de mobilidade

A **Uber** anunciou a compra da empresa de compartilhamento de bicicletas Jump, inaugurada em 2011 e presente em 12 cidades dos Estados Unidos. O negócio, no entanto, tem alto potencial para ganhar escala por trabalhar com modelos elétricos e com tecnologia que dispensa a necessidade de ter pontos fixos para devolver as bikes. Depois do uso, é possível simplesmente deixar a bicicleta encostada na rua, por exemplo.

Ao comprar a operação, a Uber faz um movimento para deixar claro que não é apenas uma alternativa mais barata aos táxis, com simples oferta de carros e motoristas. A ideia da empresa é se posicionar como uma plataforma de soluções de mobilidade – a mesma busca de tantas outras organizações, incluindo montadoras, startups e companhias de tecnologia. “Estamos comprometidos a levar diversas formas de transporte ao aplicativo da Uber”, declarou Dara Khosrowshahi, CEO da Uber, em postagem on-line.

O movimento não é isolado. Recentemente o executivo disse que gostaria de incluir na plataforma Uber sistema para gerenciar o transporte público das cidades. Nos Estados Unidos os serviços da Jump começam a ser integrados no aplicativo da companhia imediatamente.

Citroën apresenta Jumpy Minibus

10/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Versão de passageiro do modelo chega com preço sugerido de R\$ 118.600

A **Citroën** apresenta uma nova versão do utilitário esportivo **Jumpy** voltada ao transporte de passageiro. Com preço de lançamento de R\$ 118.600, o veículo amplia a gama da marca na categoria, com espaço para até 11 ocupantes, incluindo o motorista. Segundo a fabricante, assim como nas outras configurações, o foco é oferecer tecnologia, conforto e boa dirigibilidade.

Boa parte desta responsabilidade fica a cargo do motor 1.6 turbodiesel Blue HDi, que desenvolve até 115 cavalos de acordo com as medições da montadora. Entre os recursos tecnológicos, o veículo conta com controle de estabilidade (ESP) e assistente de partida em rampa, além de cinto de segurança de três pontos. Direção eletrohidráulica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, bancos reclináveis, computador de bordo e faróis de neblina também estão entre os itens de série.

O modelo foi apresentado pela primeira vez na Feira do Empreendedor do Sebrae, que acontece em São Paulo entre 7 e 10 de abril.

MAN tomou espaço da Mercedes-Benz no 1º trimestre

10/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Suecas Volvo e Scania também ampliaram presença no ranking de vendas de caminhões

Com o mercado enfim de volta ao crescimento, o primeiro trimestre de 2018 foi de mudanças importantes no ranking de vendas de caminhões. Os emplacamentos totais avançaram 50,4% no período, para 14,5 mil veículos, e a líder do segmento, **Mercedes-Benz**, não deu conta de acompanhar o ritmo da expansão.

A companhia entregou 4,3 mil caminhões e avançou 36,7% na comparação com intervalo equivalente do ano passado. Com isso, perdeu quase três pontos percentuais de participação nas vendas, apesar de ter sustentado a primeira colocação no ranking com 29,7% de market share.

A **MAN Latin America** pode ser responsabilizada por boa parte da perda da concorrente. Com linha renovada de produtos, a empresa abocanhou expressivos 5,5 pontos de mercado, com 4,2 mil caminhões vendidos, volume 84,7% superior do registrado há um ano.

A evolução garantiu que a montadora encostasse na Mercedes-Benz, ameaçando a liderança da companhia com 28,9% de participação nos emplacamentos. O nicho em que a MAN mais cresceu foi justamente no de semileves, segmento em que entrou há pouco tempo com a renovação da família Delivery.

DEMANDA POR PESADOS PUXA AVANÇO DA VOLVO E DA SCANIA

No segmento de caminhões, a demanda por pesados foi a que mais cresceu entre janeiro e março, com aumento de 89,8% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, para 6,4 mil emplacamentos. O movimento puxou as marcas suecas Volvo e Scania, que têm tradição na categoria.

A **Volvo** voltou a ser a terceira marca de caminhões mais vendida do Brasil, desbancando a Ford com 1,7 mil veículos e evolução de 69%. O resultado garantiu à empresa 12,2% de market share. A **Scania** também avançou e subiu para a quarta colocação no ranking de vendas. A empresa respondeu por 12% do total de caminhões emplacados.

FORD E IVECO EM QUEDA

A **Ford Caminhões** ganhou o título não muito apreciável de montadora que mais perdeu participação no mercado no primeiro trimestre. Mesmo com a oferta de produtos em diversos segmentos, a empresa vendeu menos do que a Scania. Foram apenas 1,6 mil licenciamentos, volume que é 10% superior ao de um ano atrás, mas que representa crescimento bastante inferior ao do mercado total. Com isso a marca despencou para a quinta colocação no ranking de vendas, com 11,5 de participação.

Já a **Iveco** manteve a sexta posição em vendas. A empresa entregou 565 caminhões nos primeiros três meses do ano e avançou 45,6% na comparação com o volume

registrado no ano passado. A evolução, no entanto, não foi o bastante para manter a participação da empresa, que entregou 0,1 ponto e respondeu por 3,9% do total negociado no País.

DAF CONSOLIDA EXPANSÃO E CHINESAS SOMEM DO RANKING

A **DAF** também expandiu seus negócios com o aumento da demanda por veículos pesados. Com 375 caminhões licenciados, a montadora elevou em 128,7% os negócios e conquistou 0,9 ponto de market share. Logo atrás no ranking de vendas, na oitava colocação, aparece a brasileira **Agrale**, que vendeu 13 veículos de janeiro a março, com queda de 31,6%.

As marcas chinesas, que por algum tempo mantiveram perspectiva de crescimento no Brasil, aparentemente cederam. Apesar de ter emplacado três caminhões de seu estoque no primeiro trimestre, a **Foton** teria abandonado os planos de produzir e vender veículos localmente. Este é o caso também da **Sinotruk**, apesar de dados do Renavam indicarem que a empresa fez uma venda no primeiro trimestre do ano.

AS 10 MARCAS MAIS VENDIDAS

1º TRIMESTRE DE 2018

	MARCA	EMPLACAMENTOS	DESEMPENHO	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO jan-mar 2018/17
			jan-mar 2018/17 (%)	(%)	(ponto porcentual)
1ª	Mercedes-Benz	4.311	36,7	29,7	-3
2ª	MAN	4.206	85,7	28,9	5,5
3ª	Volvo	1.781	69	12,2	1,35
4ª	Scania	1.741	61,5	12	0,8
5ª	Ford	1.669	10	11,5	-4,2
6ª	Iveco	565	45,6	3,9	-0,1
7ª	DAF	375	128,7	2,6	0,9
8ª	Agrale	13	-31,6	0,1	-0,1
9ª	Foton	3	-50	0,02	-0,04
10ª	Sinotruk	1	-85,7	0,01	-0,07

Volvo XC40 garante sucesso na pré-venda

10/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Modelo já teve mil unidades negociadas e levará marca sueca a recorde no Brasil

O novo utilitário esportivo **XC40** deve elevar a **Volvo** ao seu nível mais alto de venda de automóveis no Brasil. O carro já teve mil unidades negociadas desde o início da operação de pré-venda, na metade de janeiro.

Até o fim do ano a empresa espera 2 mil unidades do novo e outras 4 mil na soma do XC60, do XC90 e de novos modelos e versões que chegarão nos próximos meses. O lançamento tem preço inicial de R\$ 169.950.

É o SUV menor e mais acessível da marca. Fabricado em Ghent, na Bélgica, ele pode ser encomendado em três versões, com motores de 190 e 252 cavalos.

A vida do novo modelo não será fácil no Brasil. Ele vai concorrer com Audi Q3, BMW X1, o novo Jaguar E-Pace e o Mercedes-Benz GLA.

Com 4,42 metros, o novato tem comprimento muito próximo ao dos rivais BMW (4,43 m) e Mercedes (4,41 m). A distância entre eixos de 2,7 metros é um centímetro maior que a do Mercedes e resulta em bom espaço interno.

Quem ainda não encomendou o seu e resolver entrar numa das 29 concessionárias Volvo terá aguardar de 90 a 120 dias para recebê-lo. A menor espera é para a versão de entrada, XC40 T4, com motor de 190 cavalos. A maior demora é para o topo de linha XC40 R Design (252 cv).

Desde a versão de entrada o XC40 traz de série câmbio automático de oito marchas, sistema de frenagem automática City Safety, alerta de mudança de faixa, sistema de proteção contra saída de estrada, controles de tração e estabilidade, assistente para partida em rampa ou para descidas íngremes, painel de instrumentos com tela de cristal líquido de alta definição, sensor de estacionamento traseiro, central multimídia com tela de nove polegadas e compatível com sistemas Apple Car Play e Android Auto. Os faróis são totalmente em LEDs.

A câmera de ré só está disponível a partir da versão intermediária Momentum (R\$ 194.950, 252 cv). Teto solar e aletas para troca de marcha no volante só vêm no R Design (R\$ 214.950), que também recebe controle de cruzeiro adaptativo (ACC) e Pilot Assist, recurso de direção semiautônoma da Volvo.